



SERVIDOR PÚBLICO

CAPACIDADE, COMPETÊNCIA E TÉCNICA A SERVIÇO DA SOCIEDADE

Somos um contingente formado por mais de 100 mil trabalhadores. Altamente capacitados, os servidores públicos do Executivo Estadual dão a sua contribuição diária à população. Nós, do SINDIPÚBLICO, temos a honra de representá-los. **PÁGINA 3**



**NO MÊS DA MULHER, NOSSA HOMENAGEM ÀQUELAS
QUE FAZEM A DIFERENÇA NO SERVIÇO PÚBLICO. **PÁGINA 5****

APOSENTADOS E SUAS TRAJETÓRIAS NA ADMINISTRAÇÃO. **PÁGINA 4**

CONHEÇA AS BOAS PRÁTICAS DESENVOLVIDAS POR SERVIDORES. **PÁGINAS 6 e 7**

EDITORIAL

Reconhecimento aos servidores

Fotos: Paulo Rogê



Nadjanara Xavier Braga Lechner, presidente do SINDIPÚBLICO

Uma força intelectual e técnica formada por um contingente de 101,3 mil pessoas. Mulheres (55,90%) e homens (44,10%) que integram dezenas de secretarias, autarquias, fundações, agências reguladoras, conselhos. Os servidores públicos do Executivo Estadual possuem, em sua imensa maioria, vínculo efetivo com o Estado (70,44%) e alto grau de capacitação: 71,93% têm curso superior e/ou pós-graduação. A representação institucional desses trabalhadores é a finalidade precípua da atuação do SINDIPÚBLICO Goiás, entidade que caminha para completar três

décadas de história.

O Caderno de Marketing publicado na edição de hoje do jornal O Popular faz um panorama abrangente do perfil dos servidores públicos no Estado, bem como apresenta, aos leitores, a missão de sua entidade representativa do ponto de vista da defesa dos interesses dos trabalhadores no Executivo Estadual. Nesta publicação, o leitor saberá um pouco mais sobre um sindicato voltado às causas funcionais de seus associados, com vistas à melhoria da qualidade de vida dos servidores, por um lado, e a uma melhor prestação de serviço público.

A publicação do caderno neste 11 de março não se faz por acaso. Buscou, o SINDIPÚBLICO, homenagear, aqui, o maior contingente de servidores do Executivo: as mulheres. No último dia 8, celebramos o Dia Internacional da Mulher com inúmeras reivindicações, comemorações, lutas e denúncias em torno da mulher trabalhadora. Aqui, neste caderno, trazemos algumas reflexões em torno deste universo considerando o papel da mulher no serviço público e nos espaços de representação política.

O leitor também entrará em contato com as histórias

compartilhadas por servidores públicos aposentados, que muito contribuíram para o desenvolvimento do nosso Estado. Conhecerá, também, gente que está fazendo a diferença nas repartições onde atuam, com iniciativas inclusive premiadas pelo próprio Estado por resultarem em economia ao erário e serviço bem prestado ao cidadão. Boas práticas idealizadas e executadas por servidores filiados ao SINDIPÚBLICO que mudaram, para melhor, a vida de muita gente.

Artigos de opinião e a atuação institucional do sindicato em defesa da catego-

ria também são leituras presentes nesta edição.

A todas as servidoras e servidores públicos estaduais, o nosso reconhecimento.

ARTIGO

Março: o que temos para comemorar?

Ao final do século 19, diversas organizações feministas protestavam nos Estados Unidos e em diversos países da Europa contra as jornadas de trabalho de mais de 15 horas, os salários insignificantes, melhores condições de trabalho e fim do trabalho infantil.

O primeiro Dia da Mulher foi celebrado em maio de 1908 nos Estados Unidos, quando cerca de 1500 mulheres aderiram a uma manifestação em prol da igualdade econômica e política no país. Mas foi em 8 de março de 1917 que, aproximadamente, 90 mil operárias manifestaram-se contra o Czar Nicolau II, as más condições de trabalho, a fome e a participação russa na guerra. Nos anos 1960, o movimento feminista ganhou força e em 1975 comemorou-se oficialmente o

Ano Internacional da Mulher. Em 1977, o "8 de março" foi reconhecido oficialmente pelas Nações Unidas.

Infelizmente, o comércio se apropriou da data e observamos uma inversão do que ela representa. Mas, o que temos para comemorar?

As mulheres continuam sofrendo com a violência, abuso sexual e moral, salários desiguais, são rotuladas e estereotipadas. A cada 2 minutos no Brasil, 5 mulheres são submetidas a algum tipo de violência e, por dia, são contabilizados 15 feminicídios no país. No mercado de trabalho, as mulheres ainda continuam a receber menos que os homens, além de serem submetidas à dupla jornada.

Não temos o que comemorar em um país que ocupa a

sétima posição no ranking de feminicídios do mundo e num estado que ocupa a segunda posição no país. Do que adiantam as flores enquanto reforçam os rótulos e estereótipos sobre as mulheres? Para que os parabéns em um país em que igrejas, estado e setores conservadores da sociedade insistem em não permitir que as escolas discutam machismo, racismo, discriminação sexual e de gênero? Não podemos esconder todos esses fatos e aceitar os parabéns apenas pelo fato de sermos mulheres.

Nós, mulheres, precisamos entender a importância dessa data. Não precisamos de flores neste dia, nem de presentes, nem de parabéns. Precisamos de que as mulheres não sejam mais violentadas e assassinadas pelo machismo. Precisa-

mos que as lésbicas não sofram estupro corretivo. Precisamos que mulheres transexuais sejam respeitadas em sua identidade de gênero. Precisamos que as mulheres negras não tenham seus corpos vendidos como produto de exportação. Precisamos que as mulheres trabalhadoras não sofram assédio moral e sexual nos seus ambientes de trabalho. Precisamos que as mulheres possam ter o direito de andarem na rua sem serem assediadas.

A luta é intensa, ela precisa ser cotidiana dentro das nossas casas, trabalho e escolas. O 8 de março é um dia para lembrar a importância de que essas batalhas sejam intensificadas todos os dias. Precisamos começar a ser protagonistas das nossas vidas e das nossas histórias, lutar pela nossa au-



Elaine Gonzaga, servidora pública e conselheira do SINDIPÚBLICO

tonomia. Não podemos compactuar com a naturalização e banalização das violências sofridas pelas mulheres. Façamos um março diferente, em que todas as pessoas possam saber das nossas lutas.



11° avenida, número 842,
Quadra 102, Lote 09,
Setor Leste Universitário
Telefone: (62) 3229-1664

GESTÃO 2014 A 2018
Presidência

Nadjanara Xavier Braga Lechner

Secretaria Geral

Lucynês Mendonça Brijmohan

Diretoria Financeira

Rosemary Aparecida Amorim Silva

Diretoria Jurídica

Eduardo Gonçalves Teodoro

Diretoria de Políticas de Integração e Mobilização

Bárbara Svetlana Nogueira Antinarelli

Diretoria de Assistência à Saúde

Cinthia Márcia Rachid

Diretoria dos Aposentados e Pensionistas

Norângela Aires de Freitas Ferreira

EXPEDIENTE

Diretoria de Assuntos Socioculturais

Maria Nazaret da Silva

Diretoria Esportiva

Sebastião Soares Júnior

Diretoria de Capacitação e Profissionalização

Marinalva Martins da Silva

CONSELHO DELIBERATIVO

Zila Duarte Amorim, Maria Nazaret da Silva, Elaine Gonzaga de Oliveira, Cíntia Galvão de Araújo, Maria Divina Amorim Silva e Luzia Marli Mota

CONSELHO FISCAL EFETIVO

Vilma Malena Pires Bueno e Valdeci Mousinho do Nascimento

CONSELHO FISCAL SUPLENTE

Pedro Lemes Cardoso, Carlos Artur Monteiro, Antônio Matias S. Filho e Claudete Vasconcelos de Barros (In memoriam)

Redação e edição:

Ampli Comunicação

Textos:

Rute Guedes

Jornalista responsável:

Deire Assis (GO 01197 JP)

Núcleo Independente de Conteúdo

Diagramação e arte

Oficina de Comunicação



sindipublico.org.br



/sindipublico



/sindipublico.goias

O SINDIPÚBLICO

Representatividade e força

SOMOS UMA ENTIDADE SINDICAL QUE REPRESENTA APROXIMADAMENTE 5 MIL SERVIDORES PÚBLICOS, PRESENTES EM CERCA DE 30 ÓRGÃOS DO ESTADO

Desde a sua fundação, em 1989, com a finalidade de representar os trabalhadores do Poder Público Estadual, o Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público do Estado de Goiás (SINDIPÚBLICO) tem se destacado na defesa dos direitos dos servidores e ao mesmo tempo por defender o serviço público como um bem para todos.

A entidade é composta hoje por um corpo de filiados de cerca de 5 mil servidores que integram os quadros da administração direta, indireta, inclusive as autarquias, fundações, agências reguladoras, empresas públicas e sociedades de economia mista. Lembrando que algumas categorias que atuam nestes

locais possuem o seu próprio sindicato e/ou entidade representativa. Policiais militares aposentados também podem optar por se sindicalizar ao SINDIPÚBLICO, por exemplo.

Ao longo desta trajetória, sua atuação classista tem resultado em incontáveis conquistas e melhorias para a carreira do servidor público estadual em Goiás. Recomposições salariais; Planos de Cargos e Salários e demais direitos garantidos fazem parte do rol de atividades desenvolvidas pela entidade, que oferece assistência jurídica gratuita para seus filiados em demandas relacionadas à carreira, por meio de parceria com o escritório Rezio & Moraes Advogados Associados.

Infraestrutura

O sindicato possui uma sede própria localizada no Jardim Goiás, que está sendo reformada, com previsão de conclusão neste ano. As futuras instalações vão contar com dois andares com estrutura satisfatória e conforto para atender os servidores públicos, além de oferecer acessibilidade para pessoas com deficiência. Hoje, funcionamos de forma provisória na 11ª Avenida, nº 842, Setor Universitário, em Goiânia.

O SINDIPÚBLICO também oferece oportunidade de lazer e práticas esportivas



Paulo Rogê

Chácara Recreativa do SINDIPÚBLICO

por meio de uma chácara recreativa, localizada no bairro Santa Luzia, em Aparecida de Goiânia. Com piscinas para adultos e crianças, um cam-

po de futebol society e playground infantil, o espaço conta ainda com quiosques equipados com churrasqueiras, freezer e salão de eventos.

Qualificação é marca do servidor público em Goiás

O raio-x do servidor público estadual revela um trabalhador de alta capacidade técnica e intelectual, seja por exigência do concurso por meio do qual foi admitido ou devido ao investimento na própria carreira após ingressar nos quadros do Estado -- 56%

do total têm ensino superior e 16% tem pós-graduação.

A maioria dos servidores é do sexo feminino: 55,9%, e tem idade entre 35 e 50 anos, o equivalente a 45,5%, de um total de 101,3 mil trabalhadores na ativa, segundo dados fornecidos pela Segplan.

TOTAL DE SERVIDORES

Ativos: **101.312**
Inativos: **66.266**

ESCOLARIDADE

Fundamental: **5%**
Superior: **56%**

Médio: **23%**
Pós-graduação: **16%**

FAIXA ETÁRIA

18 a 25 anos
5,28%

25 a 30 anos
9,19%

30 a 35 anos
12,49%

35 a 40 anos
14,83%

40 a 45 anos
15,30%

45 a 50 anos
15,42%

50 a 55 anos
12,64%

50 a 60 anos
8,34%

Acima de 60 anos
6,51%

SEXO
FEMININO: **55,9%**
MASCULINO: **44,10%**

VÍNCULO
Efetivos e requisitados externos: **70%**
Comissionados sem vínculos: equivalente a **7%**
Temporários: **23%**



Novo convênio
40% de desconto

Válido para filiados e seus dependentes, na unidade Fisk Flamboyant.

Para saber mais, ligue (62) 3229-1644



SERVIDOR APOSENTADO

Testemunhas da história, dedicação de uma vida

SERVIDORES PÚBLICOS APOSENTADOS FALAM SOBRE AS EXPERIÊNCIAS DE UMA VIDA DEDICADA AO TRABALHO E DESTACAM AS MUDANÇAS HISTÓRICAS QUE VIVERAM

Fotos: Paulo Rogê

De bebês a idosos, a servidora pública aposentada Coraci Cardoso de Azevedo, de 72 anos, cuidou de muita gente durante os 35 anos em que atuou como educadora social em Goiânia, trabalhando diretamente com a comunidade. Após cursar o magistério no tradicional Instituto de Educação de Goiás, ela ingressou no Centro Social Urbano, unidade de assistência social que nos anos 1970 funcionava no Jardim Novo Mundo, atendendo a crianças da região. Na década seguinte, dona Coraci trabalhou em instituições destinadas ao atendimento de menores infratores ou de acolhimento a meninos e meninas em situação de rua. Naquela época, recorda, entre o fim da ditadura e o início

da abertura política, conflitos com as forças policiais ainda aconteciam. “Já arrisquei minha vida para proteger um menino de um policial armado, colocando-me entre os dois para impedir uma tragédia. Felizmente, terminou tudo bem”, lembra-se dona Coraci, que especializou-se em Psicopedagogia.

Nos anos 1990 e começo dos anos 2000, ela desenvolveu várias atividades no Centro Comunitário do Novo Mundo, mas desta vez contemplando os moradores de terceira idade. “Foi muito gratificante colaborar para a melhoria da infraestrutura e de atendimento aos idosos, a maioria sem condições financeiras, oferecendo atividades de lazer e sociabilização”, destaca.

“TENHO MUITO ORGULHO DA MINHA CARREIRA. SE ELA FOSSE UM FILME, SERIA UM FILME MUITO BONITO”

Coraci Cardoso,
72 anos, que atuou como educadora social



Vocação e esforço

A descoberta da própria vocação nem sempre vem fácil, como atesta Marinete de Souza, de 57 anos. “Chorei na primeira vez em que dei aula” -- 10 anos após ter iniciado a carreira como servidora pública mas até então na área administrativa, recorda. Ela começou a trabalhar em Goiânia, na Secretaria Estadual da Educação, em 1979, na área de contabilidade, mas no final dos anos 1980 mudou-se com o marido para Valparaíso.

Nesta transferência, ela começou a trabalhar na secretaria de uma escola, onde descobriu uma nova possibilidade profissional. “Comecei como leiga e depois estudei Pedagogia. Fui muito feliz como professora e procurava ser bastante criativa com os alunos. Criava até música para facilitar o aprendizado”, conta Marinete, que cursou seis especializações na área de Educação.

Além de professora, ela foi supervisora pedagógica da região do Entorno de Brasília,



“SEMPRE PROCUREI ESTAR CONTRA AS INJUSTIÇAS, FOSSE PELOS ALUNOS OU A CATEGORIA.”

Marinete de Souza,
educadora aposentada

onde também foi diretora. “Aquele área é muita violenta. Enfrentei ameaças de bandidos e traficantes que agiam na porta da escola, mas consegui, apesar disso tudo, transformar essa realidade. Consegui conquistar os alunos e a comunidade, que ganhou uma escola de verdade”, orgulha-se a servidora aposentada.

Ao fazer um balanço, a ex-professora lembra-se do contexto político do início da carreira. “A situação mudou

muito de quando eu comecei -- era na época do Ary Valadão. No final do regime militar, os servidores ainda não tinham voz. Ajudei a criar a primeira Associação dos Servidores Públicos de Goiás -- os sindicatos estavam começando a se fortalecer naquela época. Independentemente do partido, eu sempre procurei estar contra as injustiças, fosse pelos alunos ou pela categoria”, declara. Marinete também cursou Direito e advoga.

Experiência em Recursos Humanos

Aposentada há apenas seis meses, Zilá Duarte Amorim, de 54 anos, é servidora pública desde os 18 anos. “Logo após terminar o ensino médio em contabilidade passei num concurso e não tinha muita certeza sobre a minha carreira, por ser tão jovem, mas hoje tenho orgulho dela”, afirma a aposentada, que sempre atuou na área de recursos humanos.

Nos anos 1980, quase todo o serviço era manual, o que, para quem lidava diretamente com a folha de pagamento, como Zilá, exigia fins de semana inteiros de plantão. “Eram muitos cálculos, planilhas, pilhas de papel, embora já houvesse um sistema de computador central. Naquele tempo, quando eu comecei, não havia nem o contracheque. Usávamos cheque administrativo. Agora imagine isso no dia dos vencimentos”, recorda-se Zilá, com um sorriso no rosto.

Foi no final dos anos 1990



que a sua área realmente sofreu o impacto da virada tecnológica. Como a maioria dos servidores, ela teve dificuldades em se adaptar às novas exigências. “Até então não havíamos sido treinados para lidar com a implantação dos novos sistemas. A partir dos anos 2000, toda a estrutura do Estado se modernizou e passamos por diversos cursos. Isso fez com que eu me sentisse valorizada.”

MULHER SERVIDORA

Competência é o nome delas

NO MÊS DA MULHER, O SINDIPÚBLICO PRESTA HOMENAGEM À DEDICAÇÃO E COMPETÊNCIA DAS SERVIDORAS PÚBLICAS -- QUE REPRESENTAM 55,9% NO TOTAL DE SERVIDORES ATIVOS DO ESTADO. POR MEIO DA TRAJETÓRIA DE TRÊS SERVIDORAS QUE SE DESTACAM EM SEU TRABALHO E QUE RELATAM SUAS CONQUISTAS E DESAFIOS NO SERVIÇO PÚBLICO, O SINDICATO RESSALTA A IMPORTÂNCIA E ABRANGÊNCIA DA LUTA PELA IGUALDADE DE DIREITOS E OPORTUNIDADES PARA AS MULHERES, O QUE REPRESENTA UMA VITÓRIA PARA TODA A SOCIEDADE.

Paulo Rogê



Lucilene Rosa

Identidade e direitos

Natural de Cavalcante, uma pequena cidade na Chapada dos Veadeiros, a servidora Lucilene dos Santos Rosa, de 35 anos, gerente de Projetos Intersetoriais e Comunidades Tradicionais da Secretaria Cidadã, é Bacharel em Turismo e faz pós-graduação em História e Cultura das Africanidades Brasileiras na UEG. Ela ingressou no serviço público em 2009, na cidade-natal, onde foi secretária da Igualdade Racial. Em 2011, Lucilene passou a trabalhar na extinta Semira e atual Secretaria Cidadã, em Goiânia.

“Desde sempre fui caminhando para trabalhar com questões públicas, desde Cavalcante, minha terra, onde participava de debates e reivindicações da comunidade quilombola, da militância no movimento negro”, frisa a gerente.

Embora um dos destaques de sua gerência seja desenvolver e coordenar programas, projetos e ações que tenham como meta a eliminação das discriminações e desigualdades étnico-raciais, muitas vezes ela já foi tratada como “diferente” por ser uma mulher negra num cargo de chefia.

“As pessoas olham e perguntam: ‘você é mesmo gerente de Estado?’ ou ‘é você que vai fazer a palestra?’. Já espero essas atitudes em locais em que não me conhecem. Sou uma gerente que faço questão de valorizar minha identidade étnica. Uso sempre roupas com cores fortes, cabelos black e penteados com tranças e faço questão de falar sempre da minha descendência quilombola”, orgulha-se Lucilene Rosa.

Para ela, tanto o serviço público quanto o privado discriminam a mulher. “A mulher sofre com o mesmo tipo de preconceito e discriminação nas relações de trabalho, interpessoal e valorização salarial ou a falta dela”, observa, lembrando que a mulher negra recebe o menor salário, mesmo quando desenvolve a mesma função que a mulher branca.

A própria condição de servidora pública, acredita, é um fator de transformação na sociedade em geral para começar a mudar esse quadro. “Uma servidora pública tem mais condições de ser uma disseminadora de mudanças sociais se ela assim se prontificar a fazê-lo”, defende Lucilene.

Mantovani Fernandes/O Popular



Laura Castro

Igualdade contra a violência

Atender mulheres vítimas de violência, e protegê-las, é o cotidiano da delegada plantonista Laura Castro, que atua na Delegacia Especializada no Atendimento à Mulher (Deam). “Infelizmente, Goiás é um dos Estados mais violentos com a mulher no País. Trata-se, sem dúvida, de um desafio enorme e o fato de ser servidora pública torna ainda mais relevante esse trabalho. Cabe a nós, servidores, o dever de realizar a ponte entre cidadãos e o acesso à principal função do Estado, que é a prestação do serviço público”, declara.

De certa forma, avalia a servidora, o serviço público é um espaço que dá mais oportunidade às mulheres. “Quando se trata de cargo ou emprego cujo provimento se dá mediante concurso público, ou seja, com base no mérito do candidato, pode-se perceber que o ingresso se dá de forma mais igualitária, pois não há espaço para distinções”, considera a delegada.

No entanto, acrescenta Laura, o acesso às funções mais elevadas, em regra, objeto de nomeação, é quase sempre inacessível às mulheres. “Tome-se por exemplo o órgão ao qual estou vinculada, que é a Polícia Civil: os principais cargos de direção são ocupados por homens. Das dezessete Delegacias Regionais, somente duas são comandadas por mulheres”, destaca.

Laura, mulher trans, lamenta que, muitas vezes, a utilização do conceito de igualdade de gêneros, importante ferramenta na luta pelo fim da violência contra as mulheres, resvale nos limites dos debates partidários ou de cunho religioso. “Aí perde-se o interesse maior, que é o interesse público”, destaca.

Formada em Direito, em 2009 Laura passou no concurso para delegada e atuou como titular em cidades do entorno da capital e também no interior do estado. A partir de 2014, Laura, hoje com 37 anos, passou a responder como plantonista da Delegacia da Mulher, tornando-se a primeira delegada trans do Brasil. “Não escondo que sou mulher trans. O fato se tornou público e foi noticiado principalmente por eu ser delegada, mas evito chamar a atenção para este aspecto da minha vida particular. O que realmente importa é o meu papel como servidora pública.”

Paulo Rogê



Gláucia Maria Teodoro

Não ao machismo institucional

Superintendente Executiva da Mulher e da Igualdade Racial do Estado de Goiás, Gláucia Maria Teodoro, de 54 anos, ingressou no serviço público em 1980. Formada em Agronomia e Direito e doutoranda em Direito pela Universidade Nacional de Buenos Aires, ela foi Secretária Estadual de Política para as Mulheres e Promoção da Igualdade Racial. (2011 a 2014).

Ao longo de sua carreira, Gláucia Maria observou que, independentemente do segmento e da ocupação, qualquer mulher sempre passa por algum processo de discriminação. “No meu caso, que fui a única secretária mulher, por um período, várias vezes ouvi em reuniões que eu chegava para enfeitar a mesa, ainda mais por ser gestora de uma secretaria, depois superintendência, voltada para políticas para as mulheres -- o que nem sempre é considerado uma prioridade dentro de um plano institucional”, conta.

Uma de suas maiores satisfações como secretária e superintendente tem sido a implantação de projetos para minimizar o machismo institucional presente em vários níveis. “É muito gratificante ver o desenvolvimento de políticas de ascensão da mulher aos cargos públicos de poder”, afirma Gláucia Maria. “É muito significativo, também a título de motivação, o exemplo de mulheres em cargos de destaque”, acrescenta.

Ela cita, entre ações importantes da superintendência, programas de interiorização do combate à violência contra a mulher, com a criação de centros especializados de atendimentos em parceria com várias prefeituras, além de projetos para atendimento à mulher no meio rural. A superintendente frisa, ainda, a construção das Casas da Mulher Goiana, unidades de acolhimento provisório a mulheres vítimas de violência doméstica, onde serão oferecidos atendimento psicossocial e jurídico, além de cursos de capacitação profissional.

BOAS PRÁTICAS

Ideias produtivas no serviço público

SERVIDORES IDEALIZAM PROJETOS QUE MELHORAM A QUALIDADE DO SERVIÇO PRESTADO PELA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA EM GOIÁS

São tantas as iniciativas para melhorar a qualidade do serviço prestado ou promover economia para o erário público entre os servidores estaduais que, em 2013, foi criado em Goiás o Banco de Boas Práticas de Gestão no Serviço Público. De cálculos previdenciários complexos a soluções criativas para economizar energia elétrica, passando por políticas mais humanizadas de gestão de pessoas, vários projetos de servidores públicos comprovam o empenho destes trabalhadores em servir à população com dedicação, ética e eficiência. São histórias de motivação e empenho que inspiram o trabalho cotidiano e vão muito além do cumprimento da obrigação, contribuindo para o bem da sociedade e para valorizar o papel de toda a categoria.

Ao observar que muitos colegas estavam evitando viajar a trabalho, não por falta de compromisso com o serviço público, mas simplesmente porque o pagamento de diárias era posterior e muito moroso, o advogado e gestor público



Fotos: Paulo Rogê

“TENHO ORGULHO DE SER SERVIDOR PÚBLICO E PODER, COM MEU OFÍCIO, COLABORAR.”

Gustavo Pedro, da SES

Gustavo Pedrosa desenvolveu um sistema que facilitava o processo. Seu projeto agiliza a solicitação e prestação de contas do servidor público que precisasse viajar para uma cidade fora de seu domicílio. A ideia lhe rendeu o terceiro lugar no 1º Concurso de Boas Práticas no Estado de Goiás, criado pela Segplan.

O projeto, desenvolvido no Instituto de Assistência dos Servidores Públicos do Estado de Goiás (Ipasgo), foi denominado como Sistema Ipasgo de Concessão de Diárias (SICD) e, posteriormente, tornou-se um sistema padrão que está sendo utilizado em todos os órgãos do Estado. “Eu sempre gostei de ajudar as pessoas e isso vem de família. Eu me dedico a isso, sou focado. Tem gente que diz que eu não deveria me dedicar tanto, já que eu ganho pouco, mas se for esperar apenas as condições ideais, não se faz nada”, comenta Gustavo ao ser perguntado sobre a sua maior inspiração.

Hoje atuando na Secretaria de Estado da Saúde, na Coordenação de Manutenção Pre-

dial, Gustavo Pedrosa, de 42 anos, continua tendo ideias que possam ser tão proveitosas para o serviço público quanto a anterior, desenvolvendo práticas sustentáveis e econômicas. “Por exemplo, através de um contrato de manutenção, conseguimos somente com a instalação de uma caixa d’água e desativação de outras caixas subterrâneas uma economia surpreendente com a conta de água e energia elétrica. De R\$ 27.454,00 no mês de maio de 2017, a conta foi reduzida para R\$ 5.395,00 no mês de julho do mesmo ano, economia de mais R\$ 22 mil”, calcula.

“Há muitos exemplos de boas práticas no serviço público e há muitos colegas, em todas as áreas, muito bem preparados, que se especializam ou fazem cursos por conta própria ou se reciclam por meio da própria entidade onde trabalham”, destaca o servidor, formado em Gestão Pública pela UEG em parceria com a Escola de Governo Dr. Henrique Santillo e pós-graduando em Gestão Pública Contemporânea.

Informação qualificada

A percepção de que muitos de seus colegas não tinham conhecimento de seus direitos e deveres como servidores públicos levou a gerente de Gestão de Recursos Humanos da Secretaria de Planejamento Juliana Chaves, de 33 anos, a desenvolver um projeto premiado em 2014, o manual Servidor que se Informa. “Notei que boa parte dos servidores não sabiam sobre todos os seus benefícios, direitos e deveres, nem como ou onde buscar essa informação”, conta a gerente, que tem formação em Psicologia.

Essa cartilha foi implantada em 2016 e disponibilizada no site da Segplan. “O material é interativo e é constante-

mente atualizado”, acrescenta Juliana Chaves. “A criação do projeto surgiu da preocupação em fazer de tudo para facilitar o acesso do servidor às metas de competência e transparência, a exercer o seu trabalho de forma mais dinâmica”, destaca a gerente.

Servidora efetiva desde 2007 e gerente desde 2012, Juliana acredita que, somados à eficiência e transparência no trabalho, outros fatores podem contribuir para valorizar a imagem do servidor público. Neste sentido, ela destaca a importância do incentivo de atividades extracurriculares dos servidores públicos junto à comunidade em geral. “Fazemos com frequência campanhas de arrecadação

de alimentos e brinquedos. Essa é também uma maneira para que os servidores públicos sejam reconhecidos pela sociedade -- sobretudo como seres humanos e, que, portanto, temos o dever de ajudar uns aos outros”, conclui.

“TEMOS O DEVER DE AJUDAR UNS AOS OUTROS”

Juliana Chaves, da Segplan



Luiz Henrique

Aumento da produtividade



Quando assumiu a Gerência de Cálculos e Precatórios na Procuradoria-Geral do Estado de Goiás, em 2011, Tales Mendes de Castro aumentou sensivelmente a produtividade da equipe na análise de processos. “Logo no início, percebi que alguns colegas tinham produtividade menor que outros. Não foi difícil perceber, até porque já trabalhava no setor há mais de quatro anos. Por outro lado, os colegas que tinham uma produção melhor relataram cansaço e desmotivação pela situação”, recorda.

Para chegar a uma distribuição equânime e justa de processos, o gerente determinou que, já que todos os colaboradores tinham conhecimento de todo o trabalho desenvolvido na gerência, a distribuição de processos fosse feita por pontos, de

“CABE A NÓS MUDAR ESSA CULTURA QUE EXISTE EM TORNO DO SERVIDOR PÚBLICO.”

Tales Mendes,
da PGE

acordo com a complexidade dos mesmos, valores em discussão e fase do processo, entre outros fatores.

A partir daí, considerando a pontuação (ranking) de cada servidor, era feita a distribuição. “Aqueles servidores que estavam com uma carga de trabalho maior passaram a trabalhar com um pouco mais de tranquilidade”, ressalta Tales.

Como resultado, mais processos foram efetuados, atendendo com mais eficiência o cidadão e permitindo ao Estado economia de milhões de reais.

Servidor público desde março de 1998, primeiro na União e depois no Estado, Tales, de 40 anos, reconhece que mudou, ao longo dos anos a noção da responsabilidade que é servir o cidadão. “Mas desde que assumi o cargo de Analista de Gestão aqui no Estado, em janeiro de 2007, nove anos mais maduro, agi diferente”, diz ele.

“Cada um de nós deve trabalhar com muito esmero e dedicação para mudar essa cultura sobre o servidor público. Servir o povo, ou ainda se pensarmos no cidadão como nosso próximo, é a mais nobre das atividades que podemos realizar”, ensina Tales.

Projeto proporciona mais transparência

Gerente de Informações e Normatizações Contábeis da Superintendência da Contabilidade-Geral da Sefaz desde 2017, Carlos Roberto Fernandes destacou-se no serviço público ao desenvolver dois projetos: Implementação das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público no Estado de Goiás e Implantação do Sistema da Conta Única do Tesouro Estadual.

Os dois projetos são determinações de âmbito nacional. “Criei um modelo de sistemática da conta única, que foi desenvolvido dentro da estrutura do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público – PCASP, evidenciando assim uma to-

tal transparência dos recursos geridos pelo Estado de Goiás, mais precisamente pelo Tesouro Estadual”, explica o gerente.

“Podemos constatar que, além da transparência total das finanças públicas e da melhoria na gestão financeira dos diversos órgãos/entidades, a sistemática da conta única produz um ganho extraordinário para a sociedade, pois possibilita aos diversos usuários da contabilidade um acompanhamento melhor dos recursos públicos”, defende o gerente.

“Entendo que um servidor público tem a obrigação de dar a sua parcela de contribuição, efetiva, na melhoria de processos e implantação de

“OS RECURSOS PÚBLICOS PRECISAM SER BEM GERIDOS PARA QUE SE POSSA ATENDER ÀS DEMANDAS SOCIAIS.”

Carlos Roberto Fernandes,
da Sefaz

projetos, visando a sempre ter uma administração pública eficiente.”



Uma boa parceria é aquela que te traz soluções em um **click**.

- PROCESSOS DE CONSTITUIÇÕES, BAIIXAS E ALTERAÇÕES DE EMPRESAS
- DECLARAÇÃO DE IMPOSTO DE RENDA SIMPLIFICADA
- FOLHA DE PAGAMENTO DE EMPREGADO DOMÉSTICO DE ASSOCIADOS, DEPENDENTES E COLABORADORES

AGORA, FILIADOS AO SINDIPÚBLICO CONTAM COM DESCONTOS ESPECIAIS,

25% A 30%

EM SERVIÇOS DE CONTABILIDADE.

OFF

CLICK contabilidadedigital
EXPERIÊNCIA, CONFIDABILIDADE,
PRECISÃO E ATENDIMENTO
GENTIL.

ARTIGO

Na força e na persistência

Historicamente, as mulheres começaram a votar em 1893 na Nova Zelândia. No Brasil, em 1932. Seja votando ou sendo votadas, a nós nunca foram oferecidos avanços, rupturas ou direitos. Eles foram construídos e conquistados no enfrentamento com homens, mulheres e instituições que sempre acreditaram ser natural definir os espaços onde a mulher poderia e deveria existir. Mas a figura feminina é sinônimo de teimosia. Vamos falar de duas mulheres que teimaram em caminhar em espaços cultural e historicamente construídos como masculinos, mas que aos poucos estão mudando. Falemos de Cristina e Adriana. Mulheres que, cada uma a seu modo, teimaram.

Cristina, aos 20 anos, teve 85% do corpo queimado pelo ex-namorado. Cristina se recuperou. Cursos fisioterapia e educação física, lutou para melhorar o atendimento e tratamento a vítimas de queimadura e hoje é vereadora em



Acervo pessoal

Vânia Savioli, Karine Pinheiro, Yara Galvão e Riva Kran são radialistas, jornalistas, concursadas da ABC e filiadas ao SINDIPÚBLICO

Goiânia. Na câmara municipal, dos 35 vereadores, cinco são mulheres. Ela avalia que a educação da mulher deve ser ampla e não limitadora. “Essas questões de gênero estão colocadas desde o nascimento. Os meninos são incentivados ao espírito desbravador, explorar a força física. Já as meninas são mais cercadas e limitadas. As brincadeiras na infância

reforçam muito os padrões de comportamento. No mundo do trabalho, as diferenças vêm diminuindo, mas a gente percebe essa diferenciação das carreiras. As barreiras vêm sendo quebradas, mas ainda causam um constrangimento grande para a mulher. Uma coisa muito grave é a questão da violência em todas as suas formas de expressão. Vemos

em vários países uma exposição da mulher e a perda de direitos. Esse é um momento em que as mulheres precisam manter sua resistência, se rebelar, denunciar, porque essa é uma ação que tem que ser coletiva”, diz.

Adriana fez direito, passou em concurso público para delegada, atuou na delegacia que investiga crimes contra crianças e adolescentes, foi delegada geral da Polícia Civil em Goiás, secretária municipal de defesa social de Goiânia e hoje é deputada estadual. Adriana enfrentou críticas e resistência por ser mulher em um cargo de liderança historicamente masculino. Na assembleia, dos 41 deputados, quatro são mulheres. Para ela, na polícia e na política o desafio é cotidiano, tanto na execução do cargo, quanto em colocar pautas femininas em discussão. “O mais desafiador é enfrentar o pensamento das pessoas de que a mulher não tem a mesma capacidade ou competência que

o homem para exercer alguma atividade ou profissão. Tanto na polícia quanto na política, eu enfrentei a desconfiança na minha capacidade. É muito difícil colocar as questões de gênero em discussão, como os direitos das mulheres, mundo do trabalho, violência. Quando exerci cargos de chefia senti isso muito forte, mas eu acredito que provei a condição e a capacidade da mulher em ocupar esses espaços”, relata.

A vereadora Dra. Cristina e a deputada estadual Adriana Accorsi podem ser consideradas uma referência na luta pelos direitos das mulheres e materializam a resistência e o enfrentamento que, ao longo da história, possibilitaram a conquista de tantos direitos. Nem toda mulher quer ser candidata, militante ou liderança. Outras querem. O mais importante é que qualquer que seja o espaço em que atuemos e vivamos, possamos observar, discutir e avaliar sempre o papel da mulher.

	SEG	TER	QUA	QUI	SEX	SAB	DOM
00:00							
01:00							
02:00							
03:00							
04:00							
05:00							
06:00							
07:00							
08:00							
09:00							
10:00							
11:00							
12:00							
13:00							
14:00							
15:00							
16:00							
17:00							
18:00							
19:00							

A verdade
não tem
hora.

Ampli
comunicação a
todo momento

Assessoria de Imprensa
Produção de conteúdo
Revistas e Informativos
Mídias sociais
Plataformas digitais
Cobertura de eventos

Av. 136, 761, 11º andar
Ed. Nasa Business
Setor Sul, Goiânia-GO

(62) 3396 3448
www.ampliacomunicacao.com.br